



49

**Reunião ordinária pública**

**Data: 2023-10-02**

**Início: 09.30 horas**

**Local: Cidade de Tomar, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho**

**Termo: 12.08 horas**

**Presenças:**

<b>Presidente</b>	Hugo Renato Ferreira Cristóvão
<b>Vereadores</b>	Maria de Lurdes Ferromau Fernandes
	Filipa Alexandra Ferreira Fernandes
	Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão
	Hélder Duarte Henriques
	Luís António Antunes Francisco
	Rita Freitas da Cunha

**Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal**

**Da Ordem do Dia constavam os seguintes assuntos:-----**

**APROVAÇÃO DE ATAS -----**

**BALANCETE -----**

**PROPOSTAS:-----**

**PROPOSTA DO VICE-PRESIDENTE: -----**

**N.º 01 – ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA ORGÂNICA DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE TOMAR (66/PPRC/PR/2023) -----**

**INFORMAÇÕES: -----**

**INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE:-----**

**N.º 02 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 20 DE OUTUBRO DE 2021 (4/PPRC/DAJA/2023 - 11/ORGFUN/PR/2013) -----**

**GABINETE DE APOIO AO INVESTIDOR TOMARINVESTE: -----**

**N.º 03 – PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR – candidatura para aquisição do lote 70 em direito de superfície (5203/ENTE/DAJA/2023 - 1/PET/GAIT/2021) -----**

**DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----**

**N.º 04 – CEDÊNCIA DE CALÇADA – Junta de Freguesia de São Pedro de Tomar (4155/ENTE/DAJA/2023 - 16/JUNFRE/DOM/2013) -----**

  
50

- N.º 05 – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS NA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO – cedência de veículos (10/PGEN/DME/2023) -----**
- N.º 06 - EMPREITADA DE EXECUÇÃO DOS ARRANJOS EXTERIORES E ARRUAMENTOS DO FLECHEIRO – 3.ª FASE – erros de medição, omissões e trabalhos complementares (285/EMPR/DOM/2023) -----**
- N.º 07 - EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DO ROSSIO, EM CEM SOLDOS – prorrogação do prazo de execução (4928/ENTE/DAJA/2023 - 29/CONPUB/DOM/2022)---**
- DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS: -----**
- N.º 08 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Centro Recreativo, Cultural e Desportivo D. João (58/PUBO/DAJA/2023 - 1/PUBLI/DAJA/2023)-----**
- N.º 09 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Federação do Folclore Português (59/PUBO/DAJA/2023 - 1/PUBLI/DAJA/2023) -----**
- N.º 10 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Associação Cultural, Recreativa e Social da Venda Nova (60/PUBO/DAJA/2023 - 1/PUBLI/DAJA/2023) -----**
- N.º 11 – MERCADO DA REPÚBLICA 2023 – isenção de taxas (423/AGEN/DAJA/2023 - 1/DIVER/DAJA/2023)-----**
- N.º 12 – LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO – isenção de taxas (413/AGEN/DAJA/2023 - 1/DIVER/DAJA/2023)-----**
- DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL E AMBIENTE:-----**
- N.º 13 – ACORDOS DE COLABORAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO NO ANO LETIVO 2023/2024 (7/PPRC/DEISA/2023 - 3/PROGAPED/DEAS/2013) -----**
- N.º 14 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO DO MUNICÍPIO NO ANO LETIVO 2023/2024 NO ÂMBITO DE PROJETOS MUNICIPAIS DIRIGIDOS AOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E ENSINO E À UNIVERSIDADE SÉNIOR (15/ESPP/DEISA/2023) -----**
- DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----**
- N.º 15 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – Manuel da Graça Garcia (756/JUEL/DGT/2023 - 366/EDIF/DGT/2023)-----**
- N.º 16 – LICENCIAMENTO DE OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA – Santa Casa da Misericórdia de Tomar (212/EALV/DGT/2023 - 405/EDIF/DGT/2023)-----**
- N.º 17 – LICENCIAMENTO DE ALTERAÇÃO DE UM EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO NA AVENIDA ANTÓNIO DA FONSECA SIMÕES, N.º 74 A 78, COM CRIAÇÃO DE UM NOVO**



51

**FOGO – estacionamento (455/JUEL/DGT/2023 - 589/EDIF/DGT/2022) -----**

**DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:-----**

**N.º 18 – CENTRO DE RECOLHA OFICIAL – dados estatísticos referentes ao ano de 2023 (56/PGEN/GMV/2023) -----**

**N.º 19 – SUSPENSÃO DA INTERDIÇÃO DE QUEIMA DE SOBRANTES (472/PGEN/DPC/2023) -----**

**DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----**

**N.º 20 – PREÇO DE BILHETES DE INGRESSO EM ESPETÁCULOS (201/PGEN/DTC/2023-8/DIVER/DTC/2014) -----**

**EXPEDIENTE: -----**

**N.º 21 – LIXEIRA ENCERRADA NA ÁREA DO MUNICÍPIO DE TOMAR – RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO 2023 (5248/ENTE/DAJA/2023 - 1/ENTEXT/PR/2020)-----**

**Sendo nove horas e trinta minutos, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião e conferiu a identidade de Rita Freitas da Cunha, a cidadã a seguir posicionada na lista pertencente ao Partido Socialista, devidamente convocada para assumir funções neste órgão, para preenchimento da vaga ocorrida por renúncia ao mandato apresentada por Anabela Gaspar de Freitas, nos termos das disposições conjugadas do número um do artigo quinquagésimo nono, e do número quatro do artigo septuagésimo sexto da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de janeiro, na sua atual redação, ficando a mesma investida nas respetivas funções.-----**

**A Sra. Vereadora Rita Freitas** referiu que dará o seu melhor, de alma e coração, por esta cidade.-----

**O Sr. Presidente** deu as boas vindas à Sra. Vereadora e deixou expresso que, independentemente das opiniões pessoais e políticas, naturais em democracia, a anterior Presidente da Câmara assegurou o seu lugar na história da comunidade e não pode deixar de, publicamente, dirigir a Anabela Gaspar de Freitas uma palavra de grande apreço, de agradecimento e de amizade pessoal, formulando votos de muitos sucessos na sua vida pessoal e nas suas novas funções, que também são importantes para o concelho de Tomar, certo de que, sempre que necessário, continuará a contribuir para a comunidade local. -----

**De seguida, deu-se início ao período de atendimento do público: -----**

**Esteve presente o Sr. Fernando Caldas Vieira** que começou por referir que há sempre a versão que o que interessa é o programa eleitoral, mas não deixa de ser verdade que as pessoas fazem os lugares, pelo que deseja boa sorte ao Sr. Presidente e à nova Sra.



Vereadora. Pediu informação atualizada sobre o procedimento de revisão do Plano de Pormenor da Alameda Um de Março e Rua João dos Santos Simões, nomeadamente sobre o resultado da discussão pública que decorreu entre nove de agosto e seis de setembro. Reconhecendo que poderá não estar em tempo, mas tendo em conta o que aconteceu nas recentes requalificações operadas na cidade, e que está em causa uma área de quase trinta mil metros quadrados, no centro da cidade, manifestou preocupação quanto ao eventual abate de árvores que já estejam crescidas/maduras, com a eventual perda de estacionamento e com os condicionamentos de circulação resultantes das ciclovias, e a expectativa se, a existirem, vão ser em empedrado ou em piso mais apropriado para as bicicletas.-----

**Em resposta, o Sr. Presidente** referiu que a área central da cidade abrangida por este plano de pormenor está expetante há muitos anos, existindo um conjunto de espaços que precisam de reabilitação e de investimento, essencialmente por parte dos privados; era talvez o plano que mais facilmente demonstrava quão irrealistas eram os planos que existiam definidos e aprovados; para além das questões urbanísticas, o(s) privado(s) estavam obrigados a fazer um conjunto de construções de milhões de euros que, depois, ficavam no domínio público; o princípio da revisão é o mesmo que tem estado subjacente à revisão dos planos de pormenor, ou seja simplificar, adaptar o mais possível à divisão cadastral e tornar exequível, adaptando aos tempos atuais e tornando viável economicamente para os investidores; assim que o novo plano estiver eficaz, irá com certeza permitir um rejuvenescimento e uma reabilitação desta área; existe um projeto acabado que fecha o quarteirão na rua da Cascalheira, onde está a ser ultimado um prédio, cujo logradouro interior será transformado em estacionamento; tem havido uma proximidade muito grande com os proprietários das parcelas entre o antigo centro comercial e a rua da Cascalheira, assim como com os recentes proprietários do prédio isolado que se encontra devoluto na rua da Fábrica, para a respetiva reabilitação. Referiu que não foram muitas as sugestões que chegaram dos cidadãos, as quais estão a ser objeto de avaliação técnica, havendo a expectativa de poder apresentar brevemente o respetivo relatório de ponderação. Salientou que as obras aprovadas ou de reabilitação do espaço público terão que seguir as regras do plano, mas são os projetos que definem os pormenores, como o número de árvores, sendo certo que, hoje, apesar de uma certa imagem ou chavão que se colocou em determinada altura, existem muito mais árvores na cidade do que aquelas que existiam no início desta governação; houve e haverá necessidade de abater algumas, essencialmente por razões fitossanitárias ou de adequação ao espaço urbano; ainda há muitas árvores na cidade que não são adequadas ao meio urbano, seja por questões de saúde



(alergias), de libertação de resinas ou pelo volume que atingem nas proximidades de fachadas, e é preciso, paulatinamente, ir promovendo a sua substituição. Referiu que, na avenida Nuno Álvares Pereira, por exemplo, existiam dez árvores em toda a rua, e, hoje, são mais do dobro, e não são todas as que o projeto previa, porque algumas foram retiradas, no fundo para facilitar algum estacionamento.-----

**O Sr. Fernando Vieira** referiu a questão das amoreiras que existiam na Várzea Grande, substituídas pelos jacarandás, promovidos a floresta autóctone. Perguntou se está a existir na Câmara Municipal algum problema com licenciamentos; por um lado, houve um conjunto de casos mais mediáticos, que foram quase capa de jornal, nomeadamente o prédio da Gráfica de Tomar, a moradia por trás dos Correios, adquirida para residência, e a Fábrica do Prado, divulgada como um grande centro turístico e de coworking, mas, passado todo este tempo, não foi visível qualquer evolução; por outro lado, existem licenciamentos que estarão dependentes da Agência Portuguesa do Ambiente, como é o caso das Praia Fluvial do Alqueidão, e esta entidade tem sido citada muitas vezes para justificar coisas que não avançam, e a história do leito de cheias dá para carimbar tudo desde que esteja ao pé do rio; talvez tivesse sido bom ter aproveitado a recente visita dos Srs. Presidente e Vice-Presidente daquela entidade para avaliar o nível de contencioso, ou o trabalho que está dependente das aprovações do organismo, cujos atrasos prejudicam Tomar, para além daquilo que, sendo sua competência, não faz, nomeadamente a questão da poluição do rio Nabão, não obstante ter havido, e continuar a haver, uma confusão muito grande acerca do assunto.-----

**Em resposta, o Sr. Presidente** referiu que o munícipe foi candidato a Presidente da Câmara e há coisas, com responsabilidade, que têm que ser ditas com algum cuidado, nomeadamente que a Agência Portuguesa do Ambiente é usada como justificação para coisas que não avançam; os Municípios estão obrigados a cumprir e a fazer cumprir a lei e, nomeadamente na área do urbanismo, têm que respeitar pareceres de outras entidades, muitas vezes vinculativos, como acontece no caso da Agência Portuguesa do Ambiente, em zonas ameaçadas por cheias. Referiu que desconhece a parte mediática dos edifícios identificados, mas não há qualquer problema de licenciamento no Município, adiantando que há um projeto licenciado para o edifício da Gráfica de Tomar e que já estão a decorrer alguns processos de licenciamento para os edifícios que integram o complexo do Prado, para usos distintos. Saliu que, a todo o momento, os arquitetos municipais têm em mãos, em média, cerca de cem processos e esse volume de trabalho, e também, muitas vezes, o tempo que demoram os pareceres das entidades que têm que ser consultadas, não permite mais celeridade, mas,



ainda assim, apesar da imagem que, por vezes, existe localmente, vão falando com outras autarquias e, nesse aspeto, Tomar também não está nada mal, apesar de se poder e se querer melhorar.-----

**O Sr. Fernando Vieira** agradeceu as respostas clarificando que quando falou da Agência Portuguesa do Ambiente não teve a intenção de sugerir que não se cumprissem as formalidades necessárias, mas sim que o relacionamento com a entidade devia ser revisto.----

**O Sr. Presidente** realçou que, à exceção de uma ou duas amoreiras que ainda existirão junto ao Palácio de Alvaiázere, há décadas que não existiam amoreiras na Várzea Grande. -----

**Terminado o período de atendimento do público, deu-se início ao "Período de Antes da Ordem do Dia", tendo sido proferidas as seguintes intervenções: -----**

**A Sra. Vereadora Filipa Fernandes** desejou o maior sucesso ao Sr. Presidente. Deu nota que o Município submeteu uma candidatura à medida Radar Social e informou que, até ao dia seis, se encontram a decorrer as inscrições para a Universidade Sénior de Tomar, registando-se já a reinscrição de cento e noventa e três alunos e a inscrição de cinquenta e oito novos alunos, a maioria de Tomar, mas também de Constância, Ourém, Torres Novas e Ferreira do Zêzere. Informou que foram submetidas duas candidaturas ao Programa Escolhas: - uma em parceria com as escolas de futebol, que ficou elegível mas não teve financiamento; - outra, em parceria com a Cruz Vermelha Portuguesa, de continuidade do que tem vindo a ser realizado no concelho, que foi aprovada; foram apresentadas cento e sessenta e nove candidaturas, das quais cento e dezoito foram aprovadas; a candidatura de Tomar posicionou-se em décimo oitavo lugar na zona centro e em trigésimo segundo lugar a nível nacional; deu os parabéns aos técnicos envolvidos e realçou que o consórcio desta nova geração do programa (ambos os Agrupamentos de Escolas, a Saúde, a PSP, a EPT, o IPT e as Juntas de Freguesia de Paialvo e de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais) vai ser alargado à GNR, à Segurança Social, ao IEFP e ao Centro de Formação Profissional, integrando ainda as técnicas das respostas RSI e SAAS; participam ativamente no projeto trinta e duas associações do concelho, que recebem nas suas instituições os cinquenta e seis participantes diretos da candidatura, crianças e jovens, migrantes e da comunidade cigana. Referiu que cada participante direto é diferente dos demais e, para poderem intervir de forma mais séria, está a ser criado um plano individual de desenvolvimento, tendo em atenção o respetivo contexto familiar e a realidade individual ao nível da saúde, da educação e da habitação. Realçou a grande vitória alcançada na oitava geração do programa que permitiu que, neste momento, todas as crianças da comunidade cigana, estejam inscritas no pré-escolar e no primeiro ciclo; entendem que a mudança tem que



acontecer desde muito pequeno e é importante que as crianças se integrem ao nível do jardim de infância para que, no primeiro ciclo, não sintam as dificuldades que têm sido verificadas; é um passo fulcral para a mudança porque cria desenvolvimento cognitivo e social. Recordou que a Feira de Santa Iria vai ter lugar entre os dias treze e vinte e dois de outubro corrente, mantendo, no essencial, a organização da edição anterior: na zona do mercado, o parque das diversões e as tradicionais tasquinhas dinamizadas pelo Sporting Clube de Tomar, pelo União Futebol Comércio e Indústria de Tomar, pela Associação Cultural Desportiva e Beneficência dos Bombeiros de Tomar e pelo Rancho de Minjoelho; no passadiço, uma zona de gastronomia e uma mostra associativa; na rua dos Arcos, o comércio em geral (calçado, chapelaria e bijuteria); por trás do Tribunal, o artesanato nacional e africano; na lateral do Tribunal, a Feira das Passas (no questionário feito na edição anterior, a maioria dos participantes referiu ser o local mais indicado, por causa das acessibilidades, e porque foi o ano em que acabaram por ter mais vendas, como se pretende); em frente ao Tribunal, o parque de automóveis e máquinas agrícolas; e, na Várzea Grande, a doçaria, os enchidos, a zona de street food, os produtores locais e os bares, geridos por associações locais, para além do palco onde acontecerá toda a programação que, mais uma vez, inclui nomes nacionais e, também, projetos e artistas locais.

**O Sr. Vereador Hélder Henriques** felicitou o Sr. Presidente e desejou-lhe as maiores venturas no desempenho dessas funções, ciente de que, nos dois anos que faltam para a conclusão do mandato, irá fazer tudo o que estiver ao seu alcance para bem da comunidade tomarense, dos munícipes e do concelho, contando com o empenho de todos os eleitos aqui presentes em proveito da causa pública. Apresentou cumprimentos de boas vindas à Sra. Vereadora Rita Freitas a quem desejou um bom desempenho nas novas funções, para bem do serviço público. Disse-lhe que irá ter grandes desafios pela frente e que surgirão momentos de provação, de desânimo, de desmotivação, de saturação e, por vezes, até vontade de desistir; e que, como figuras públicas, estão mais expostos, têm o trabalho em avaliação contínua e a respetiva conduta, institucional e pessoal, permanentemente a ser observada, mas acredita nas suas capacidades para superar as contrariedades, as adversidades e as dificuldades, através do trabalho, do empenho, da disponibilidade e da dedicação. Deu nota que, no âmbito do Dia Mundial dos Animais, vai ter lugar, no dia cinco de outubro, o Dia Aberto no Canil; entre as dez e as dezasseis horas, irão promover uma campanha de adoção, visitas ao espaço, passeios à trela e recolha de bens e donativos, pelo que convida a população a participar. -----

**Em complemento, o Sr. Presidente** deu nota que, neste momento, estão no equipamento



cerca de duzentos e vinte canídeos e duzentos felinos, todos muito amistosos, à espera de poder ter uma nova casa. -----

**A Sra. Vereadora Filipa Fernandes** deu as boas vindas à Sra. Vereadora Rita Freitas, a quem desejou boa sorte e muitos sucessos, ciente que vai abraçar este desafio com toda a sua dinâmica e que vai fazer um excelente trabalho. Reforçou que é um trabalho árduo e exigente, mas estão cá, em equipa, para superar aquilo que seja menos agradável. -----

**A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes** desejou um bom trabalho ao Sr. Presidente e à Sra. Vereadora Rita Freitas. Referiu que estão a viver condições climatéricas difíceis e adversas e devem todos cumprir as regras e ter as maiores cautelas; estando proibidas várias atividades com prática do fogo, nomeadamente queimas e queimadas, estranham o lançamento de fogo de artifício no passado sábado, e questionam se o mesmo foi autorizado pelos serviços municipais. -----

**Em resposta, o Sr. Presidente** referiu que o pequeno fogo de artifício que aconteceu no âmbito da festa de encerramento organizada pela Comissão Central da Festa dos Tabuleiros foi devidamente licenciado, teve plano de segurança aprovado pelos Serviços Municipais de Proteção Civil e cumpriu todas as regras. -----

**A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes requereu** o fornecimento de cópia do processo de licenciamento do espetáculo de pirotecnia realizado no âmbito do convívio de encerramento da Festa dos Tabuleiros, incluindo o plano de segurança referido pelo Sr. Presidente. -----

**Continuando, a Sra. Vereadora** reportou que, hoje, não tiveram acesso ao servidor para poderem consultar os processos agendados para a reunião. Referiu que, na semana anterior, teve lugar em Abrantes, um evento relacionado com as oportunidades de investimento no Médio Tejo, promovido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, em parceria com a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, que contou com a presença de peritos da União Europeia, de entidades da região e de agentes empresariais e empreendedores; o concelho de Tomar tem vindo a definir em termos de fixação de empresas, de criação de emprego e de falta de apoios às empresas existentes; em novembro de dois mil e vinte um, foi aprovada uma proposta dos Vereadores do PSD para criação de um regulamento de benefícios fiscais e incentivos ao investimento, mas, dois anos depois, ainda nada aconteceu; o mandato vai a meio e deixa o desafio para que o Sr. Presidente chame a si este processo, que não tem visto progresso; o objetivo desse evento eram as dinâmicas de trabalho centradas nas oportunidades de investimento na região e muito se terá falado sobre o assunto, e gostaria de saber se o Município de Tomar esteve representado, e por quem, e



57

quais são as expetativas para o concelho quanto à possibilidade de integrar estes projetos que decorrem do Fundo de Transição Justa, que está a ser desenhado e que vai ser implementado no Médio Tejo, sendo certo que é uma oportunidade para muitas empresas, para a criação e ampliação de empresas e para a sua fixação; por outro lado, com o encerramento da Central do Pego, perderam-se quatrocentos e vinte postos de trabalho, muitos dos quais do concelho de Tomar, e era importante perceber como é que a Câmara Municipal está a tratar este assunto, qual é o diálogo que tem para a captação e desenvolvimento de novos investimentos ou a ampliação dos existentes, e como vai, a partir de agora, tratar este tema, porque, até aqui, não se viu grande coisa. Referiu que, nesse evento, foi disponibilizada uma brochura com a caracterização dos vários municípios do Médio Tejo, e a informação sobre o Município de Tomar era escassa, inexistindo incentivos a estas áreas económicas e empresariais, e apresentava erros; por exemplo, em termos de Derrama, indicava a prática da taxa reduzida de zero vírgula setenta e cinco por cento para um volume de faturação igual ou inferior a cento e cinquenta mil euros, sendo certo que, o ano passado, também decorrente das propostas que vinham sendo apresentadas pelos vereadores do PSD, a Câmara não considerou essa taxa na sua proposta, que foi validada pelo órgão deliberativo; se querem que os investidores venham para o território devem, pelo menos, disponibilizar informação correta. Perguntou porque é que não se encontram publicadas no sítio institucional do Município as atas das sessões da Assembleia Municipal que têm vindo a ser aprovadas desde junho de dois mil e vinte e dois. --

**Em resposta, o Sr. Presidente** referiu que, todas as semanas, recebem convites para congressos, fóruns e encontros nas mais variadas áreas; neste caso, o Gabinete de Apoio ao Investidor Tomar investe esteve presente e, entretanto, dará feed back das propostas em função dessa presença; tem que refutar a afirmação do marasmo e do descalabro da economia porque não consegue ter essa visão sempre pessimista das coisas, nem quer tê-la; se falarem num período temporal de décadas, isso é evidente, mas, se falarem nos anos mais recentes, os dados e as evidências não o demonstram; é verdade que se perderam postos de trabalho com o encerramento da central do Pego, mas, no caso de Tomar, não há evidências que essas pessoas estejam desempregadas, e os números do desemprego também não o demonstram. Referiu que o regulamento dos incentivos fiscais está a ser trabalhado entre o Gabinete de Apoio ao Investidor e os serviços jurídicos e tem havido dificuldade em ultrapassar certas questões jurídicas; gostaria de poder submeter a proposta a este órgão o mais depressa possível, para que possam ser cumpridas as diversas formalidades, preferencialmente a tempo de ser votada pela Assembleia Municipal, na sessão de novembro ou dezembro, onde será



discutido o orçamento para o próximo ano, mas o prazo para o conseguir começa a estar apertado. Deu nota que a questão da publicação das atas do órgão deliberativo irá ser colocada aos serviços da Assembleia Municipal. -----

**O Sr. Vereador Tiago Carrão** deu as boas vindas e desejou um bom trabalho à Sra. Vereadora Rita Freitas porque um bom trabalho seu será sempre bom para Tomar, e é isso que os move a todos. Referiu que as circunstâncias os trouxeram a esta nova fase da gestão socialista e, na sua opinião, a mudança de protagonista não significa uma mudança de enredo e, sem dúvida, o futuro de Tomar continuará adiado; assumir a presidência da Câmara Municipal não apaga aquilo que se passou nos últimos dez anos, em particular o desempenho do atual titular do cargo, repleto de trapalhadas, erros e faltas de visão; todos se lembram, por exemplo, da compra do imóvel em Cardelas, cuja legalidade ainda estão para perceber; dos atrasos e derrapagens orçamentais em todas as obras públicas; da carta educativa que teima em não aparecer; do Plano de Pormenor de Vale dos Ovos que não sai da cepa torta; que empurrou a Santa Casa da Misericórdia de Tomar para fora do concelho; ou, mais recentemente, da sua atitude em relação a pais, professores e dirigentes a propósito das Atividades de Enriquecimento Curricular no Agrupamento de Escolas Templários; desengane-se, por isso, quem pensar que esta mudança representa algum tipo de progresso; pelo contrário, é mais do mesmo ou ainda pior; os eleitos da maioria lá vão andando, de festa em festa, mas os verdadeiros desafios de Tomar permanecem esquecidos, subjugados por uma gestão socialista incapaz de procurar soluções e dar respostas aos anseios da população. Referiu que Tomar merece mais do que uma gestão à deriva e que políticas públicas desarticuladas e improvisadas, e continuarão a ser uma voz de oposição, uma voz tão necessária quanto construtiva, pautada por princípios de responsabilidade, transparência e verdade. Salientou que, nos últimos meses, as reuniões deste órgão, à semelhança da governação socialista, têm sido pouco mais do que gestão corrente, sem discussão de assuntos de fundo e de temas estruturantes para o futuro de Tomar; Tomar precisa de muito mais e deixa o desafio para que, em vez de meras questões processuais e de expediente, falem de planos de pormenor, de regulamentos municipais, de investimentos, de projetos e de obras.-----

**Continuando, o Sr. Vereador** aludiu à intervenção do cidadão Fernando Vieira sobre o urbanismo e os licenciamentos, lembrando que essa também é uma preocupação dos vereadores do PSD que requereram, há cerca de um mês, informação sobre o número de processos em análise no Departamento de Urbanismo e o número desses processos atribuídos



a cada técnico, assim como o número de processos em "apreciação preliminar"; ainda não obtiveram resposta, mas o Sr. Presidente acaba de referir que estão cem processos em licenciamento; têm a informação de casos concretos em que um pedido de informação prévia demora quase um ano a ser aprovado, o que não lhes parece de todo razoável. Referiu que os eleitos da maioria nunca foram muito bons nas contas e na matemática, e, na questão da Feira de Santa Iria, os números nunca batem certo com o entendimento que têm da coisa; na sessão da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente dizia que a feira nunca deu lucro, mas, no final do ano passado, na resposta a um requerimento dos vereadores do PSD, ficava claro que, nas edições anteriores, financeiramente, houve lucro, apesar de não ter sido muito; poderão questionar o Sr. Vereador que, na altura, detinha a responsabilidade qual é, afinal, a verdade e quais são os números que batem certo com a realidade; agora, ouviram a Sra. Vereadora Filipa Fernandes dizer que a maioria dos vendedores responderam que foi o ano que acabaram por ter mais vendas, mas, de acordo com o relatório, de entre os feirantes que já tinham participado em edições anteriores, vinte e quatro por cento consideraram que, economicamente, esta foi mais fraca, e trinta e três por cento que foi semelhante, o que totaliza cinquenta e sete por cento, e demonstra que, afinal, a maioria não vendeu mais; podem vender os dados como quiserem, mas a realidade é esta. Retomou o tema das atividades de enriquecimento curricular no Agrupamento de Escolas Templários referindo que assistiram a uma tentativa do Sr. Presidente, então Vereador da Educação, de impor a sua forma de ver e de pensar; souberam recentemente que, nesse agrupamento, se realizaram onze reuniões de preparação do ano letivo, onde o município poderia ter estado, e o Sr. Presidente, para partilhar a sua visão e tentar levar as coisas a bem, mas não o fez, assim como não o fez no Conselho Geral, onde a Câmara tem lugar, que se pronunciou, por unanimidade, num sentido diferente daquele que se pretendia. Perguntou se há margem para procurar uma solução mais consensual ou se se vai continuar contra tudo e contra todos.-----

**Em resposta, o Sr. Presidente** agradeceu os mimos, que são frequentes desde o início do mandato, e não deixam dúvidas sobre qual é, desde então, o foco dos vereadores do PSD, mas é pena que, quem fala em realidade, às vezes, manipule dados e informações tentando criar imagens na comunidade. Referiu que não falou em cem processos de licenciamento, mas sim que, cada arquiteto, tem, em média, cerca de cem processos; pode acontecer, num determinado contexto, um pedido de informação prévia demorar mais de um ano, concretamente nas situações em que há um determinado investimento que se entende importante e as coisas são dialogadas com os proprietários ou com os



promotores/investidores; por exemplo, se entrasse hoje, há um mês, ou há um ano, um pedido com determinadas características para a área da UOPG seis, teria que ser negado ou, sabendo que as circunstâncias se iam alterar, o processo ficar a aguardar que isso aconteça, para poder ser respondido positivamente; aconteceram muitos casos desses na mudança do Plano Diretor Municipal, que foi, com certeza, desde há muitas décadas, o período em que foram apresentados mais pedidos de informação prévia, e foram larguíssimas centenas; também acontece, muitas vezes, em pedidos de informação prévia e em pedidos de licenciamento, os promotores, ou os seus técnicos, submeterem projetos incompletos, ou com dados errados, e passem meses até que os projetos reúnam todas as condições; poderiam, como acontece nalgumas Câmaras, promover o respetivo indeferimento, mas estariam a prejudicar os cidadãos, desde logo porque teriam que voltar a pagar a taxa quando voltasse a ser submetido, mas também teriam que ter mais um batalhão de funcionários a fazer a apreciação preliminar profunda. Referiu que é preciso desmistificar a ideia que os processos demoram muito tempo porque, quando isso acontece, é porque não há condições em determinado momento para deferir, mas vai haver, ou porque os processos não estão completos, o que não quer dizer que não possa haver alguma falha, ou que não haja momentos, e tem acontecido muito, nos últimos tempos, que o volume processual seja de tal forma elevado que os técnicos não lhes consigam dar vazão. Sublinhou que é uma honra assumir tudo aquilo que, individualmente e em equipa, foi a governação nestes dez anos; a oposição tenta focar os detalhes ou a espuma dos dias, e quem gere tem que focar aquilo que realmente importa, nomeadamente a resolução de problemas de décadas, como, por exemplo, o Flecheiro e o Plano Diretor Municipal, onde teve a responsabilidade política direta, que outros prometeram, e muito, mas não resolveram; é evidente que não se consegue fazer tudo ao mesmo tempo, que há coisas que gostariam que avançassem mais depressa, nomeadamente aquilo que tem a ver com os instrumentos de gestão territorial, mas os municípios estão limitados aos vários condicionalismos que imperam, ainda mais Tomar que tinha tantos, e, ironizando, tão bem construídos e delineados. Sobre as atividades de enriquecimento curricular, referiu que já perceberam várias vezes, nomeadamente pelas suas intervenções, que o estilo de governação do Sr. Vereador seria mais à vista, seria mais de ir por outro lado se desse polémica, mas, com eles, há princípios e não é assim; as AEC têm por princípio que todas as crianças tenham a mesma igualdade de oportunidades e os mesmos direitos; como já disse, nos últimos anos, no Agrupamento de Escolas Templários, umas turmas tinham e outras não tinham, consoante havia horário ou não havia; as AEC são difíceis, dão trabalho e chatices



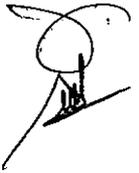
e quando assim é, é normal pedir à Câmara que resolva, e que assuma; há cerca de três anos, quando ainda era facultativo, o Agrupamento pediu para ser a Câmara a gerir e a coordenar essas atividades e ficou desde logo ciente que, a partir do momento que as assumissem, os princípios eram iguais para todos; chegaram a ter esse trabalho feito, mas o Agrupamento voltou atrás; independentemente das visões e das opiniões legítimas de cada um, a ação rege-se por princípios e, neste caso, o princípio é assegurar a todas as crianças os mesmos direitos e as mesmas oportunidades, sendo certo que o modelo, que se diz ser a sua vontade, acontece um pouco por todo o lado, quando se quer que as atividades aconteçam; quando não se quer, ou se quer deixar isso à lotaria do quem consegue ter horário ou não consegue, faz-se o outro modelo, que, em Tomar, implicaria mais de oitenta horários, mais de oitenta professores, ou então, e também foi muito abordado para isso nas últimas semanas, empurra-se para a contratação de empresas; no início, optou-se por uma empresa, mas ainda foi a Câmara PSD que corrigiu isso, e bem, e querem manter este modelo com as entidades locais, que têm conhecimentos, provas dadas e desenvolvem áreas que entendem ser importantes para o desenvolvimento das crianças e para a qualidade de vida. Reforçou que, ao longo do processo, foram ditas muitas coisas que não são verdade tentando condicionar a opinião da comunidade; quando se fala, por exemplo, na questão do currículo, que contempla no mínimo três horas semanais de expressão física motora ou de expressão artística, seria interessante perguntar quando é que são dadas fora das AEC ou, ao contrário, porque é que o inglês e a informática não fazem parte do currículo e podem ficar dentro do horário. Referiu que, em três ou quatro dias, se realizam mais de vinte reuniões com as escolas e é impossível estar em todo o lado; para não estar numas e não estar noutras, até porque não tem responsabilidades apenas na área da educação, há vários anos que optou por não estar em nenhuma, mas os serviços estão representados ao mais alto nível, as coisas são bem explicadas e nunca houve quaisquer problemas com o outro Agrupamento; neste caso houve porque foram transmitidas ideias erradas, mas o assunto está resolvido e ultrapassado; percebe que, sendo a educação um tema que mexe com as famílias e com as crianças, seja politicamente interessante tentar criar novelas e fazer ruído, mas os últimos anos têm demonstrado que, quando os princípios são corretos, com o tempo, as pessoas percebem e os resultados aparecem; a transferência de instalações das turmas da Infante Dom Henrique para a Santa Iria foi talvez a questão mais polémica dos últimos anos na área da educação; na altura, mais uma vez com questões erradas e tentativas de manipular a opinião pública, muita coisa se disse, mas, hoje, há mais crianças inscritas nas turmas da Santa Iria do que aquelas que existiam na Infante Dom



Henrique, e isso acontece porque tem melhores serviços, melhores instalações e melhores condições para o processo de ensino/aprendizagem, e só não se verificou mais rapidamente porque, entretanto, tiveram a pandemia, que colocou muitas coisas em suspenso; este é mais um pequeno episódio que se tenta transformar em novela, mas não os desviará da ação e dos princípios, e isto não é arrogância, é não navegar à vista, porque não o querem fazer. -----

**Em resposta, a Sra. Vereadora Filipa Fernandes** referiu que é a questão do copo meio cheio ou meio vazio; estão a contabilizar aqueles que mantiveram a sua economia igual à dos anos anteriores como negativo, e ela considera positivo; é real que mais pessoas tiveram maior rentabilidade financeira na edição anterior da Feira, e também é significativo que oitenta e seis por cento dos feirantes tenham gostado mais da disposição do evento; em termos de lucro, seria interessante perguntar se as Estátuas Vivas organizadas pela maioria PSD davam lucro, ou a Festa Templária, ou outros eventos que organizavam, sendo certo que a Câmara não organiza para ter lucro, mas para trazer mais visitantes à cidade e dar lucro à economia local, e é essa visão que os distingue um bocadinho, e ainda bem que assim é porque a diversidade só traz benefícios à comunidade; entendem que a Feira de Santa Iria tem que dar lucro à economia local, a quem trabalha na cidade e aos operadores que vivem da participação nestes certames e à Câmara cabe fazer uma boa gestão financeira do seu orçamento para fazer face à sua programação e aos eventos, que alguns não gostam e consideram muitos, para trazer pessoas e dar visibilidade a Tomar, mantendo as contas do Município organizadas; o buraco financeiro que herdaram fez muita moça na gestão deste executivo, mas limparam as dívidas, fazem gestão financeira e fazem eventos, e vão continuar a fazer, porque acreditam que isso dá notoriedade a Tomar e lucro a quem investe na cidade, como se pode comprovar pelos investimentos que, nos últimos dez anos, têm acontecido, ao nível dos hotéis, por exemplo. -----

**Em complemento, o Sr. Presidente** referiu que ainda estão por pagar dezasseis ou dezassete milhões do buraco financeiro de quarenta e sete milhões que receberam. Realçou que a Feira de Santa Iria chegou a ser organizada por uma comissão um bocado ad hoc e, quando eram apresentadas, as contas só apresentavam as parcelas boas; a Comissão tratava de umas coisas e a Câmara contratava outras; não foi assim há tanto tempo e quem tem memória sabe como é que era; agora, tenta-se criar a ideia que a Câmara é despesista e que nada tem lucro, mas, a primeira coisa que têm que dizer é se querem ter Feira de Santa Iria; sentem que os tomarenses querem uma feira, que seja as festas da cidade, que não têm, mas



ela tem que estar em linha com o seu tempo, e isso tem custos, mas o que importa é que também tem muito de retribuição para a economia local. -----

**O Sr. Vereador Tiago Carrão** mostrou disponibilidade para falar do buraco financeiro de que se fala, da boca para fora, que gostava de ver comprovado, porque nos documentos da Câmara os quarenta e sete milhões não estão; deixa o desafio para que se solicite aos serviços que apresentem a informação que mostre, preto no branco, que assim é, até ao final da reunião, ou nos próximos quinze dias. Realçou que não teceu considerações sobre se deve ou não deve haver lucro, mas, seguramente, não deve é haver tanto prejuízo; foi o Sr. Presidente que, na Assembleia Municipal, disse que nunca tinha havido uma edição com lucro, o que não é verdade, como pode comprovar junto do seu colega de equipa; sobre o copo meio cheio ou meio vazio, cinquenta e sete é maior do que cinquenta, e é a maioria, pelo que não está a distorcer nem a manipular o que quer que seja, ao contrário dos eleitos da maioria, em relação aos números e ao que disse. Frisou que, na preparação do orçamento deste ano, consideraram positivo e anuíram à criação de uma rúbrica importantíssima para apoiar as famílias, como muitos municípios portugueses fizeram, devido à situação difícil resultante do escalar dos juros do crédito à habitação; facilmente a deixaram cair, como se nada fosse, e de uma dotação inicial de trezentos mil euros, não terá mais do que dez ou vinte mil; o resto desapareceu porque as pessoas não precisam de pagar o crédito à habitação no final do mês, precisam de festas, e é isso que interessa para que, como dizia, o ano passado, a Sra. Vereadora Filipa Fernandes, os hotéis estejam cheios com a Feira de Santa Iria, com pessoas que vêm andar no carrocel e ficam cá, no hotel, para andar novamente no dia seguinte; só quem não pensa pode achar que isto faz sentido. Sobre o urbanismo, referiu que o Sr. Presidente veio com umas considerações interessantes, mas, por um lado, a matemática não mente e, olhando para os números, se tiverem, em média, cem processos atribuídos a cada técnico, e se, por exemplo, estiver, em média, um dia no técnico, cem processos demoram cem dias; o técnico trabalha em regra vinte e dois dias por mês, o que equivale a cinco meses para responder ao processo que entrar hoje; por outro lado, salvo erro, a apreciação liminar para ver se estão em falta elementos no processo tem que ter lugar em dez dias e, se não acontecer nesse prazo, não a podem indeferir. -----

**Continuando, o Sr. Vereador** referiu que, depois de alguns atropelos processuais, derrapagens e atrasos, a primeira fase do Fórum Romano está concluída, mas não sabem como se encontra o projeto de musealização que, segundo o Sr. Presidente informou, no final do ano passado, estava a ser preparado e deveria ser entregue no início deste ano. -----



**Em resposta, o Sr. Presidente** esclareceu que a apreciação liminar tem lugar quando é possível e, no urbanismo, não há deferimentos tácitos. Realçou que os processos não são todos iguais e a apreciação de um processo para construção de um muro, por exemplo, não demora o mesmo tempo que um projeto para um hotel ou uma indústria. Deu nota que é real que os hotéis estão esgotados, há muito tempo, nos fins de semana da Feira de Santa Iria. Referiu que, por várias razões, o projeto do Fórum Romano foi dividido em duas fases; a parte da obra, que está concluída, e a parte da musealização; quem fez a escavação, nos anos oitenta, considerava-se proprietária dos resultados dessa escavação, o que causou alguns problemas; o gabinete projetista contratou um novo arqueólogo para fazer com eles esse trabalho, mas o projeto ainda não foi entregue, apesar de terem pressionado muito nesse sentido, nomeadamente o Tomarhabita que acompanha o processo; no início do ano, teve lugar uma reunião onde foram definidos os passos seguintes do trabalho, mas o gabinete projetista esqueceu-se um pouco do que acordou. Referiu que não podem apontar pistolas aos gabinetes projetistas; podem rescindir contratos e contratar outros, como fizeram, por exemplo, em relação ao Largo do Rossio, em Cem Soldos, e ponderam fazer no projeto de requalificação da ESSMO, cujo projetista se está a portar mal, há vários meses, não dando sequer reporte do ponto da situação do projeto, que já devia ter sido entregue, mas isso significa iniciar projetos do zero, e neste caso não faria sentido, tanto mais que o arqueólogo é um reconhecido profissional da nossa comunidade, que, no âmbito do Plano Diretor Municipal, fez todo o trabalho da Carta Arqueológica.-----

**O Sr. Vereador Tiago Carrão** referiu que, agora, não podem apontar pistolas aos gabinetes de projeto, mas, no tema do urbanismo, foi isso mesmo que o Sr. Presidente fez quando deixou implícito que dava jeito aos arquitetos dos gabinetes, para além de que foi aqui adiantado que teriam o projeto de musealização no início do ano. Recordou que, depois de mais um infeliz acidente ocorrido na zona de Carvalhos de Figueiredo, a Sra. Presidente deu nota, na comunicação social, que estava adjudicada a revisão do projeto para a intervenção, incluindo saneamento e passeios, um investimento que rondaria os oito milhões de euros, e que a Câmara estaria em condições de o aprovar no primeiro semestre do próximo ano, e gostaria de perceber quando é que essa adjudicação aconteceu e qual é a situação atual do procedimento.-----

**Em resposta, o Sr. Presidente** disse que o que referiu em relação aos projetistas a quem contratam serviços não tem nada a ver com a questão dos projetistas responsáveis pelos projetos de obras particulares que, reitera, passam para ao seus clientes a ideia que é a



Câmara que não responde, acontecendo até, várias vezes, os cidadãos contactarem os serviços municipais para obter informação sobre a situação dos projetos que julgavam submetidos há determinado tempo e eles nem sequer terem sido entregues; no caso dos serviços que contratam, em caso de incumprimento do contrato, podem sempre ponderar a rescisão, mas têm que avaliar se não ficarão pior. Referiu que indicará a posteriori a data da adjudicação do projeto de Carvalhos de Figueiredo, sendo certo que, por várias razões, é um projeto muito complexo; compreende uma área ainda extensa, entre a zona de São Lourenço e a rotunda de entrada na A13, confinando com muitas propriedades particulares, com muros construídos, nalguns casos edificados muito próximo da área a intervir; para além dos passeios, para maior segurança e comodidade dos peões, engloba condutas de água, de saneamento, de gás e de fibra ótica, e são muitas as entidades que terão que emitir parecer; por isso, também não pode adiantar quando será possível ter o projeto concluído sendo certo que está indicado para financiamento no âmbito dos Investimentos Territoriais Integrados (ITI) e que há a expectativa de poderem apresentar a candidatura (estão dependentes dos gabinetes de projeto contratados e é de expectativa que podem falar, como fez em relação ao Fórum Romano), mas estão cientes de que é uma obra muito dispendiosa e que dificilmente a poderão executar de uma vez só, e que terão que a fazer em duas ou três fases, mas o que importa é que consigam ter o projeto e esse caminho se possa abrir; têm executado pequenas obras para aumentar a segurança e dar maior visibilidade, como o passadiço de São Lourenço, e, com o acordo dos proprietários, a demolição do muro na curva a seguir aos viveiros, e do muro na propriedade do falecido Arquiteto Costa Rosa, e vão continuar a fazê-lo. -----

**O Sr. Vereador Tiago Carrão** disse que está de acordo que têm que ponderar as coisas que são ditas, ainda mais em lugares de responsabilidade, pelo que não pode nunca concordar com anúncios que, ao longo dos dez anos, foram sendo feitos, sem quaisquer garantias ou datas concretas; no mandato passado, em resposta ao Sr. Vereador Luís Ramos, foi indicado que o projeto de requalificação da estrada de Carvalhos de Figueiredo estava previsto no orçamento para dois mil e vinte e um e não bate muito certo que uma coisa que anda a rebolar pelo menos há dois anos seja referida como se tivesse acabado de acontecer; pelo menos, já se adiantou mais alguma coisa em relação aos financiamento do projeto, porque a Sra. Presidente se limitou a dizer que a Câmara que estivesse em funções teria que ver como iria financiar a execução da obra. Referiu que, há um ano, abordou aqui a realização da primeira edição do Congresso do Desporto do Médio Tejo, com o envolvimento dos Municípios de Abrantes, Entroncamento, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha, e questionou se não faria sentido a



participação de Tomar - que, na sua opinião, deve liderar a região, também em temas como o desporto, tendo em atenção que tem dezenas de clubes e centenas de atletas; na altura, a Sra. Presidente assumiu que não fazia a mínima ideia e que Tomar não tinha que estar em tudo; agora, vai acontecer a segunda edição, com o envolvimento de mais três Municípios (Alcanena, Constância e Mação), e Tomar continua orgulhosamente de fora, e gostaria de perceber porque é que opta novamente pela ausência. Referiu que, na sessão da Assembleia Municipal, e também na comunicação social de hoje, volta a merecer preocupação a questão da saúde no concelho, em particular o encerramento das urgências na Unidade de Tomar do Centro Hospitalar do Médio Tejo, ao fim-de-semana, à noite, um cenário que sabem se irá repetir; ficou bastante mal ao Sr. Presidente dizer perante o órgão deliberativo que compreendia esse encerramento, porque não se compreende que o Hospital de Tomar seja sempre o parente pobre na família do Centro Hospitalar do Médio Tejo; a juntar a isso, durante o fim-de-semana, viram relatos de atraso no socorro, com pessoas a ter que esperar por ambulâncias de fora do concelho, e, hoje, no jornal Público, Tomar é apontado como um dos exemplos que, nos próximos meses, vai sofrer constrangimentos ao nível das urgências; o Bastonário da Ordem dos Médicos, por exemplo, já pediu uma reunião urgente ao Ministro da Saúde, e a questão que se coloca é o que é que o Sr. Presidente, que começou mal, porque soube do assunto na quinta-feira e não o partilhou, vai fazer agora em relação à situação.-----

**Em resposta, o Sr. Presidente** frisou que, muitas vezes, uma adjudicação é precedida de muitos meses de trabalho, tendo em vista a elaboração do caderno de encargos e do programa do procedimento de contratação; dependendo do preço base e da tipologia do procedimento, também podem passar muitos meses entre o início do concurso e a adjudicação; em nenhum dos casos, se pode falar de perda de tempo, nomeadamente num projeto com a dimensão e complexidade do projeto de requalificação da estrada de Carvalhos de Figueiredo. Sobre a saúde, referiu o comunicado do PSD onde, como é costume, subtilmente, manipulam umas coisitas, reiterando que, tal como disse no órgão deliberativo, na quinta-feira, perante todos os Presidentes da Câmara do Médio Tejo e o Vice-Presidente da Câmara de Tomar, o Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo manifestou as dificuldades que estava a sentir, nomeadamente para o mês de outubro, as quais obrigariam a constrangimentos nas várias unidades, em vários sectores, devido, por um lado, à questão, de âmbito nacional, dos médicos estarem, numa larga maioria, a recusar fazer mais do que as cento e cinquenta horas extraordinárias, e, por outro, por ser uma época do ano em que vários profissionais se estão a preparar para os exames da especialidade, para além de algumas baixas e uma ou outra



saída; os municípios foram colocados perante esta inevitabilidade e duas opções em termos de gestão: avançar com os turnos e as escalas elaboradas para o corrente mês, e deixar que as falhas acontecessem, ou reorganizar os turnos e tentar programar as ausências, podendo ter implicações até dois fins-de-semana; tal como outros, disse que, colocado entre a espada e a parede, a programação seria melhor porque a população podia ser previamente avisada, e crê que foi isso que o Conselho de Administração terá feito; para já, em Tomar, abrangeu apenas uma noite, mas pode vir a acontecer novamente, sendo certo que esse aviso não compete à Câmara; obviamente que lamentam e não desejam que isto aconteça, por muito que, repete, perceba o que está em causa; só não percebe quem veja zero notícias e não perceba o que está a acontecer no país, ou quem nunca geriu nada, nomeadamente recursos humanos; só conhecendo a realidade se pode tentar encontrar soluções para agir sobre ela e o facto de ter dito que percebe, ao contrário das declarações inflamadas de que é uma vergonha, e se está a por contra os interesses da população, não impede que, tal como outros autarcas da região, tenha deixado muito claro ao Sr. Presidente do Conselho de Administração que não podem pactuar com a situação e que têm que ser encontradas formas de a resolver; é possível que, até ao final do ano, ainda venham a ocorrer mais constrangimentos, mas, por várias razões, nomeadamente a Unidade de Saúde Local, que se prevê iniciar em janeiro, e o regresso de pelo menos duas médicas que estão de licença de maternidade, prevê-se que a partir de janeiro, a situação possa ser melhorada ou sanada, como desejam e muito reforçaram, porque não pode tornar-se um hábito, nem pode ser banalizado. Sobre o Congresso do Desporto, referiu que há encontros para tudo e mais alguma coisa e alguns só servem para show off; não quer dizer que seja o caso porque não o conhece e crê que não tenha chegado informação ao Município. -----

**Em complemento, a Sra. Vereadora Filipa Fernandes** deu nota que está a regressar hoje ao serviço, depois de quinze dias de baixa médica, e desconhece se, nesse período, chegou algum convite ou informação, mas, que seja do seu conhecimento, enquanto esteve ao serviço, não houve indicação sobre a realização do congresso, por convite ou por inscrição, o que irá confirmar.-----

**Continuando, o Sr. Presidente** referiu que, na área do desporto, independentemente das cerimónias que possam acontecer, o que lhes importa é o imenso e bom trabalho das entidades locais e o seu contributo para a qualidade local, e o Município também tem feito o seu papel nesta área, nomeadamente no reconhecimento desse trabalho, no Dia da Cidade.---

**O Sr. Vereador Luís Francisco** desejou bons frutos ao trabalho da Sra. Vereadora Rita



Freitas, em prol do concelho. Perguntou o que está previsto para resolver o problema dos pombos na cidade; de algum modo, foram erradicados da Praça da República, mas há queixas, já antigas, de que proliferam noutros prédios e em terraços, com as consequências e impacto que geram em termos de higiene e de saúde das pessoas, nomeadamente as que sofrem de alergias. Referiu que há visões e perspetivas diferentes sobre a Feira de Santa Iria, mas já muito foi dito sobre isso; há muito que se deseja, e muito se tem falado no Parque de Feiras, na perspetiva de múltiplas utilizações, com um espaço coberto para feiras, exposições e grandes eventos, possibilitando, por vezes, a reserva ou cobrança de entradas, mas tem vindo a ser adiado, e gostaria de obter informação atualizada. Sobre a área da saúde e a prestação imediata do socorro aos cidadãos, referiu que o que se espera é que os Bombeiros do Município e a Proteção Civil local atue principalmente na proteção das pessoas do concelho e nota-se alguma morosidade no socorro, por falta de ambulâncias ou por falta de condutores; alguma coisa está a falhar, quer organizativa quer de investimento, e também aqui a questão é como vão ultrapassar estas situações, que não são de agora, nem pontuais; são situações rotineiramente crónicas que motivam queixas de que o socorro tarda e demora mais do que é razoável. Retomando a questão das constantes falhas nos projetos e nas obras que são realizadas, referiu que, na avaliação e na decisão, o fator preço não deve ser o único critério e devem ser considerados e objeto de ponderação outros indicadores, como, por exemplo, o histórico das empresas concorrentes; quem está na área saberá bem quais os critérios a considerar consoante o caso para evitar este tipo de falhas, que não se desejam, porque as perdas acabam por ser superiores à poupança, e os cidadãos são sempre prejudicados com os atrasos. Referiu que, segundo disse o Sr. Presidente, a Santa Iria tinha agora mais alunos que tinha a Infante Dom Henrique; supõe que esteja a referir-se ao primeiro ciclo, mas, a menos que esteja muito equivocado, ou que tenha havido um grande acréscimo desde o ano passado, quando a escola do primeiro ciclo fechou teria seis ou sete turmas e existirão duas ou três na atual escola básica integrada; a ideia que tem é que houve uma fuga de alunos para outras escolas e outros contextos, mas pode estar enganado. Retomando a questão da organização de eventos e das comparações entre o passado e o presente, reiterou que a Câmara não tem que assumir os eventos todos e deve conceder a organização a terceiros, mediante apoio, não só por questões de orçamento, mas por aquilo que impacta os serviços; há eventos como a Festa Templária e as Estátuas Vivas, por exemplo, que eram realizados em parceria com outras entidades, mas, neste momento, essas parcerias são diminutas e, muitas vezes, são mais figuras de estilo, porque a Câmara assume toda a despesa e todos os custos inerentes à



realização das atividades. -----

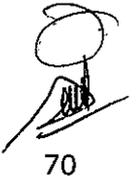
**Em resposta, o Sr. Presidente** referiu que, hoje, existem mais parcerias do que aquelas que existiam quando assumiram funções, mas, ainda assim, gostaria que pudessem identificar os eventos que se podiam entregar e a quem, porque, assim, a proposta seria completa. Reiterou que, hoje, na Santa Iria, há mais alunos no primeiro ciclo do que aqueles que existiam na Infante Dom Henrique, para além da turma do pré-escolar que abriu. -----

**Em resposta, o Sr. Vereador Hélder Henriques** informou que, desde o dia vinte e dois de maio, foram estabelecidos contatos com a empresa Falcoaria-Cetraria, de Alverca, para tratar do problema das colónias de pombos existentes na comunidade, tendo sido instaladas gaiolas em sítios estratégicos para a respetiva captura; semanalmente, são recolhidos, transportados e esterilizados, e, regularmente, vão avaliando os resultados e alterando a localização das gaiolas; em agosto e setembro, não houve capturas e, hoje, irá acontecer uma nova avaliação. Indicou que estão identificados alguns locais, nomeadamente o Pavilhão e a Escola Secundária Jácome Ratton, dado que há imensos pombos na zona do Bairro da Caixa, o Pavilhão Municipal Cidade de Tomar, pela proximidade da Levada, e há pedidos de intervenção na Travessa do Colégio e no antigo Hospital, na avenida Cândido Madureira; darão conhecimento a este órgão dos relatórios que forem entregues sobre este serviço, cujos encargos, para um período de quatro meses, ascendem a quatro mil euros. -----

**Em complemento, o Sr. Presidente** referiu que este é um dos temas em que a ação individual de cada cidadão é muito importante para o resultado que se deseja; a ação resultou mais no centro histórico porque, nomeadamente na Praça da República, não se verifica tanto o que acontece noutros locais da cidade, onde algumas pessoas, deliberadamente ou por desleixo, deixam comida acessível aos pombos, o que faz com que eles proliferem muito, como aconteceu ao longo de muitas décadas. -----

**Em complemento, o Sr. Vereador Hélder Henriques** referiu que os pombos chegam a nidificar três vezes por ano o que, a determinada altura, é incomportável; há situações identificadas de pessoas que alimentam os pombos, junto ao Pavilhão, no Largo do Pelourinho, junto à Fonte da Prata e junto à Cavaleiros de Cristo; são situações que lastimam e exortam as pessoas a não o fazerem, até porque, com as chuvas mais fortes, os ninhos, os ovos, as carcaças, as penas e tudo o mais provocam o entupimento de algerozes, de tubos de queda de água e de telhados. -----

**Continuando, o Sr. Presidente** referiu que mais eventos irão acontecer quando Tomar tiver um Parque de Feiras, mas ele está previsto no âmbito da revisão do Plano de Pormenor do



Flecheiro e Mercado, cujo procedimento se encontra suspenso e só pode ser retomado após a realização das obras do Flecheiro; há muito que encetaram conversações com os três proprietários dos terrenos necessários, para poder chegar à fase da aquisição, mas ainda não chegaram à negociação propriamente dita nomeadamente porque um dos proprietários não está habitualmente em Portugal; na última reunião, ficaram de apresentar uma proposta base, para poderem começar a discutir valores, mas ainda não a receberam; querem adquirir o terreno o quanto antes, mas, se isso não se revelar possível, a revisão do plano permitirá outros mecanismos, como a expropriação. Referiu que, ao contrário do que foi dito pelo Sr. Vereador Luís Francisco, o Corpo de Bombeiros do Município é profissional e não presta socorro ao seu território; está inserido num mecanismo de âmbito regional e nacional e é o Centro Distrital de Operações que decide se sai, quando sai e para onde vai uma ambulância ou qualquer outro veículo de socorro; no distrito, o nosso concelho é o que regista mais ocorrências, das mais variadas tipologias; é falso que a questão seja a falta de meios e é natural os meios locais irem a outros concelhos prestar socorro, e também o inverso; por outro lado, nem todas as situações têm o mesmo grau de urgência e a competência para essa avaliação também está uniformizada e definida. Referiu que ouviu falar num episódio que terá ocorrido junto a um espaço de diversão noturna (apesar de formalmente não o ser), mas não podem avaliar sem saber qual era o grau de urgência da intervenção, sendo certo que não se trata de falta de meios; no contexto regional, a corporação de Tomar é a que tem mais saídas para ocorrências e tem que assegurar a divisão de tarefas e a locação de meios, sob a coordenação do Comando Distrital de Operações de Socorro ou, nalguns casos, por exemplo se houver a necessidade de alocar um helicóptero, pelo Comando Nacional. -----

**Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", o Sr. Presidente apresentou, para aprovação, após revisão, as atas das reuniões do Executivo Municipal realizadas nos dias nove e vinte e três de janeiro de dois mil e vinte e três, cuja leitura foi dispensada por terem sido distribuídas previamente a todos os membros da Câmara Municipal, as quais foram aprovadas por unanimidade.** -----

Nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do CPA, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, por não ter estado presente na respetiva reunião, a Sra. Vereadora Rita Freitas da Cunha não participou na aprovação das atas.-----

**Seguidamente, a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia:**-----

**BALANCETE:** - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia vinte e nove de setembro de dois mil e vinte e três, o



qual acusa os seguintes saldos: três milhões, trezentos e trinta mil, quatrocentos e quarenta e sete euros e oitenta e cinco cêntimos (3.330.447,85€) em Operações Orçamentais, e quatrocentos e dezasseis mil, duzentos e setenta e dois euros e cinquenta e sete cêntimos (416.272,57€) em Operações Não Orçamentais. -----

**PROPOSTAS:**-----

**PROPOSTA DO VICE-PRESIDENTE:** -----

**N.º 01 – ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA ORGÂNICA DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE TOMAR**-----

Foi presente a seguinte proposta do Sr. Vice-Presidente:-----

No âmbito do Regulamento da Organização dos Serviços do Município de Tomar, o previsto no seu Preâmbulo, bem como nos Princípios, Visão e Objetivos Estratégicos; -----

Tendo em conta a sua macroestrutura, aprovada por esta câmara na sua reunião de 7 de janeiro de 2019 e alterada a 21 de dezembro de 2020;-----

A necessidade de aferir e melhorar a todo o momento a dinâmica da organização interna. -----

Considerando a atual organização, expressa no anexo IV do referido regulamento, proponho: -

A integração do Gabinete de Apoio a Candidaturas na Divisão Financeira;-----

A retirada do Centro de Interpretação e Sensibilização Ambiental da Divisão de Educação, Intervenção Social e Ambiente e sua integração na Unidade de Serviços Urbanos e Jardins do Departamento de Obras Municipais. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a proposta. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**INFORMAÇÕES:** -----

**INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE:**-----

**N.º 02 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 20 DE OUTUBRO DE 2021** -----

Foram presentes, para conhecimento, os despachos efetuados em setembro pela Sra. Presidente e pela Sra. Vereadora Filipa Fernandes, no uso das competências delegadas pela Câmara Municipal, por deliberação de 20 de outubro de 2021. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

**No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Tiago Carrão** referiu que foi revogada a decisão de contratar a execução da empreitada de requalificação do espaço exterior e contíguo à Sinagoga de Tomar, constando do respetivo despacho que o novo executivo deverá ser



questionado sobre o procedimento que pretende seguir, e é isso que pretende saber. -----

**Em resposta, o Sr. Presidente** informou que o procedimento ficou deserto e que há todo o interesse e vontade em que o projeto se concretize, para dotar a Sinagoga de mais valências e de um espaço exterior que permita a realização de atividades relacionadas com aquela temática cultural e patrimonial, havendo a intenção de voltar a lançar o concurso, depois de reavaliado o preço base. -----

**GABINETE DE APOIO AO INVESTIDOR TOMARINVESTE:** -----

**N.º 03 – PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR – candidatura para aquisição do lote 70 em direito de superfície** -----

Foi presente proposta do Sr. Vice-Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal a avaliação da candidatura apresentada pela Templarmetais, Unipessoal, limitada, para aquisição, em regime de direito de superfície, do lote 70 do Parque Empresarial de Tomar, nos termos e fundamentos da informação n.º 144/2023 do Gabinete de Apoio ao Investidor Tomarinveste.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aceitar a candidatura da empresa Templarmetais, Unipessoal, limitada, para aquisição, em regime de direito de superfície, do lote 70 do Parque Empresarial de Tomar, nos termos e fundamentos da referida informação, que homologa. -----

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e três abstenções da Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e os Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Carrão e Luís António Antunes Francisco, com a seguinte declaração de voto: "Considerando que:-----

- O lote em questão foi revertido para o Município de Tomar por sentença de tribunal datada de 27 de abril de 2016. O lote tem uma área de 1.565 m2. -----
- O Processo transitou em julgado em 2018 (sentença de tribunal). -----
- Entre 2018 e 2023 não ocorreram desenvolvimentos.-----

Os Vereadores do PSD têm vindo, ao longo dos últimos anos, a desmascarar a ausência de investimento na Zona Industrial, onde o executivo de maioria socialista na Câmara Municipal de Tomar, apenas teve a intervenção de alterar o nome para Parque Empresarial e de perder o financiamento de 2 milhões de euros para a sua requalificação.-----

Ao longo dos últimos anos, os Vereadores do PSD apresentaram propostas para a revitalização da Zona Industrial, agora Parque Empresarial, sendo as mesmas reprovadas pela maioria socialista.-----

Os Vereadores do PSD consideram ter existido um desleixo face à ação necessária para



recolocar o lote 70 de forma acessível a empresários já em atividade, como é o caso proposto, ou a empreendedores que se pretendessem fixar nestes últimos 5 anos.-----

Os Vereadores do PSD colocam-se ao lado dos empresários e empreendedores, lembrando que "tempo é dinheiro" e que a Câmara Municipal de Tomar deve ser um parceiro para a solução e não um entrave. -----

Por tudo o que foi identificado, os Vereadores do PSD votam abstenção.". -----

**No âmbito do ponto anterior, a Sra. Vereadora Lurdes Fernandes** referiu que concordam com a proposta e valorizam a transferência desta empresa para o Parque Empresarial de Tomar, mas não podem deixar de evidenciar a manifesta falta de espaços infraestruturados que permitam outro tipo de ofertas e outras possibilidades aos atuais e aos novos empreendedores; e também a falta de energia por parte da Câmara para tratar deste lote em particular, que foi alvo de um processo judicial de reversão, iniciado em dois mil e dezasseis, cuja sentença transitou em julgado dois anos depois, mas, passaram cinco anos sem que esta empresa, ou outras, pudessem ter tido a possibilidade de o utilizar e, com isso, trazer mais valia à sua atividade e ao concelho. -----

**Em resposta, o Sr. Presidente** referiu que também gostavam que as coisas não demorassem tanto tempo, mas o mais importante é que tem havido um grande trabalho para concretizar a reversão dos lotes que, em muitos casos, estavam entregues a empresas que, durante muitos e muitos anos, não concretizaram os projetos ou deixaram de estar ativas, para que possam estar disponíveis para outras empresas, sendo certo que ainda há casos que não estão resolvidos. -----

**DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:** -----

**N.º 04 – CEDÊNCIA DE CALÇADA – Junta de Freguesia de São Pedro de Tomar**-----

Foi presente proposta do Sr. Vice-Presidente referente à informação n.º 6628/2023 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a cedência de 25 m3 de pedra calcária usada (7x7cm) à Junta de Freguesia de São Pedro de Tomar, para aplicação nos arranjos exteriores da antiga escola da Portela, com o custo estimado de 750,00€ (setecentos e cinquenta euros). -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a cedência do referido material à Junta de Freguesia de São Pedro de Tomar. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 05 – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS NA COMUNIDADE**

**INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO – cedência de veículos -----**

Foi presente proposta do Sr. Vice-Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a cedência de seis veículos pesados de passageiros à concessionária do serviço público de transporte de passageiros do Médio Tejo, para utilização nos Transportes Urbanos de Tomar, nos termos e fundamentos da informação n.º 6636/2023 do Departamento de Obras Municipais. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a cedência dos veículos pesados de passageiros marca KARSAN, modelo M2 HDV, matrículas AU-61-BD, AU-98-BC, AU-69-BG, AU-19-BD, AU-56-BG e AU-92-BF, à RMTEJO II - Transportes Rodoviários de Passageiros, Unipessoal Limitada, nas condições apresentadas na referida informação. -----

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e três abstenções da Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e dos Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Carrão e Luís António Antunes Francisco, com a seguinte declaração de voto: "O processo do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Serviço Público de Transporte de Passageiros, já foi objeto de deliberação da reunião de Câmara e Assembleia Municipal, em novembro e dezembro de 2022, respetivamente. -----

Apesar dos documentos que foram disponibilizados não foi possível analisar as justificações para obter respostas à questão que salta à vista e que nos preocupa: existe uma despesa anual para o Município de Tomar na ordem dos 734.000€ (em compensações), essencialmente pelo valor alocado ao Transporte Urbano de Tomar ser de 434.000€/ano. -----

Por não compreendermos as diferenças quando comparado com outros concelhos, por exemplo o valor registado para o Transporte Urbano de Abrantes ser de apenas €58.000,00. -----

Este tema foi questionado, mas não existiram respostas da governação socialista. -----

É-nos então proposto que sejam cedidos os seis veículos pesados de passageiros. Contudo, e apesar de estes veículos serem cedidos (são propriedade do Município de Tomar), os valores das compensações, só na componente Transporte Urbano de Tomar, para os 8 anos de contrato atingirão €3,4 milhões de euros, sem que nos sejam prestados esclarecimentos. -----

Entendemos não estar justificado, devidamente, a posição do Município de Tomar. Por tudo o que foi identificado, os Vereadores do PSD votam abstenção.". -----

**No âmbito do ponto anterior, a Sra. Vereadora Lurdes Fernandes** referiu que os documentos disponibilizados não permitiram esclarecer algumas questões subjacentes a esta cedência, nomeadamente porque é que, nos transportes urbanos, existe tamanha disparidade



nos valores da compensação devida pelos municípios; no caso de Tomar, o valor anual da compensação ronda os setecentos e trinta e quatro mil euros, sendo quatrocentos e trinta e quatro mil euros associados aos transportes urbanos, enquanto em Abrantes, por exemplo, são apenas cinquenta e oito mil euros.-----

**Em resposta o Sr. Presidente** referiu que, neste momento, não poder responder com exatidão, mas terá a ver com as particularidades de cada território e com as opções que foram tomadas em cada município, sendo certo que, em Tomar, acrescentaram recentemente mais duas novas linhas em zonas mais rurais da freguesia urbana. -----

**N.º 06 - EMPREITADA DE EXECUÇÃO DOS ARRANJOS EXTERIORES E ARRUAMENTOS DO FLECHEIRO – 3.ª FASE – erros de medição, omissões e trabalhos complementares**

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal os trabalhos complementares da empreitada de execução dos arranjos exteriores e arruamentos do Flecheiro – 3.ª Fase, no valor global de 166.001,38€ (cento e sessenta e seis mil, um euro e trinta e oito cêntimos), descritos e fundamentados na informação n.º 7529/2023 do Departamento de Obras Municipais e na listagem apresentada pelo empreiteiro.

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou aprovar os trabalhos complementares descritos e fundamentados na informação n.º 7529/2023 do Departamento de Obras Municipais e na listagem apresentada pelo empreiteiro.-----

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e três votos contra da Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e dos Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Carrão e Luís António Antunes Francisco, com a seguinte declaração de voto: "Esta obra não é exceção à imagem de marca da governação socialista no que toca à condução da obra pública: derrapagens orçamentais significativas. São mais 166 mil euros (acrescido de IVA) de erros de medição, omissões do projeto e de trabalhos complementares.-----

Os Vereadores do PSD têm apontado a gestão da obra pública e a necessidade de um maior controlo e rigor, recorrendo à revisão do projeto. Infelizmente, a governação socialista tem ignorado e lá vêm prorrogações de prazos de execução e mais custos para o erário público. -- Ficamos estupefactos com as justificações para este acréscimo de custo da empreitada. Um caso gritante é "...as parcelas referentes à separação, triagem, transporte e depósito em vazadouro licenciado assumem um valor preponderante (106 mil Euros) resultante da acumulação de todo o tipo de resíduos nas margens do rio (aproximadamente 600 toneladas) sem que o projeto tivesse levado em consideração". Como é possível? Será que o projeto foi



desenhado sem virem ao local? E o Município não teve nada a dizer? -----  
Os próprios técnicos do Município, na aprovação do projeto reconheceram que a governação não lhes permitiu efetuar uma análise adequada ao projeto: "a análise do projeto de execução foi fortemente condicionada pelo prazo disponível para o efeito". -----

A obra foi consignada por 2,5 milhões de euros (+IVA). Por este andar chegará aos 3 milhões, valor base do concurso público? -----

É, particularmente preocupante, esta empreitada ter financiamento comunitário com a obrigatoriedade do término da obra até ao final do presente ano, tendo em conta os trabalhos em deliberação e não haver qualquer garantia nesse sentido, conforme respondido pelo Presidente da CMT quando questionado pelos Vereadores do PSD.-----

Os Vereadores do PSD votam contra."-----

**No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Tiago Carrão** referiu que estão perante mais um capítulo do manual socialista de gestão da obra pública, com derrapagens orçamentais muito significativas, consequência de erros de medição ( vinte seis mil euros), omissões (cento e trinta e cinco mil euros) e trabalhos complementares (cinco mil euros); é provável que vão dizer que estão sempre a bater na mesma tecla, mas, se acontece, é porque há anos que é assim, tudo continua como dantes e nunca uma obra acabou a tempo e horas e sem necessidade de trabalhos a mais ou trabalhos complementares; nesta obra em concreto, causa estupefação e não se compreende como é que, no projeto inicial, não se previu a necessidade de separação, triagem, transporte e depósito em vazadouro licenciado dos resíduos de todo o tipo acumulados nas margens do rio, trabalhos que ascendem a cento e seis mil euros; a informação técnica referente ao projeto indicava que a sua análise fora fortemente condicionada pelo prazo disponível para o efeito; não houve, como tanto reclamam, revisão do projeto e os acréscimos aqui estão. Referiu que não ignoram as especificidades e constrangimentos que se colocam no âmbito do financiamento comunitário, nomeadamente a obrigatoriedade de conclusão da obra até ao final do corrente ano e gostaria de saber o que é que o Sr. Presidente antecipa sobre esta questão. -----

**Em resposta, o Sr. Presidente** referiu que até podia solidarizar-se com estas preocupações porque, noutro contexto, teve o cuidado de as expor a um anterior Presidente da Câmara, eleito pelo PSD; este projeto foi elaborado no âmbito da TomarPolis e foi dos poucos que puderam aproveitar de uma governação anterior e, de facto, havia razões para perguntar porque é que essas coisas não foram consideradas e também porque é que, na altura, se percebeu que não ia acontecer nada no Flecheiro e a Câmara perdeu quatro milhões de euros



sem ter cuidado de, pelo menos, negociar com o QREN a afetação dessa verba a outra obra, por exemplo ao Mercado Municipal; agora, quando perceberam que, finalmente, iam conseguir financiamento para a obra, tiveram cerca de seis meses para construir as peças do procedimento e realizar o procedimento que conduziu à adjudicação do serviço de adequação do projeto que existia às regras atuais, nomeadamente as cotas de cheia impostas pela Agência Portuguesa do Ambiente; o gabinete projetista e os técnicos municipais trabalharam muito bem e conseguiu-se não perder o financiamento, mas sabiam que havia questões que não estavam perfeitas, ou que não estavam contempladas, como é o caso da recolha e tratamento de inertes; os resíduos resultantes das primeiras demolições de barracas foram recolhidos e encaminhados para tratamento pelos serviços municipais, mas, nos meses anteriores à obra, consideraram que não fazia sentido continuar a fazer isso, porque sairia mais caro, e tomaram a decisão de deixar os resíduos no local e aproveitar o contexto da obra, mas não tiveram a possibilidade de o enquadrar no projeto; tiveram que optar entre ter um projeto perfeito e perder a oportunidade de apresentar a candidatura, ou aceitar o projeto sabendo que, depois, teria que haver algumas correções; no mundo real, quem gere tem que fazer opções e foi isso que fizeram. -----

**O Sr. Vereador Tiago Carrão** referiu que o Sr. Presidente começou por tentar justificar que era um projeto do PSD, depois referiu que sofreu uma atualização e acaba a dizer que parte das seiscentas toneladas dos resíduos são da demolição das barracas; não entende porque é que foi pegar no projeto do PSD, porque, nessa altura, não se podia adivinhar que esses resíduos lá iam estar, e o que não funcionou foi a atualização/adequação efetuada recentemente. Reiterou que faltam três meses para o fim do ano, que é a data previsível da conclusão da obra, para garantir o financiamento dos fundos comunitários, e gostaria de saber qual é a expectativa. -----

**Em resposta, o Sr. Presidente** referiu que não entende que se diga que, quando o projeto inicial foi elaborado, não se sabia que havia lá barracas e inertes de décadas. Deu nota que, à data, nada indica que o projeto vá derrapar; sabiam, desde início, que os prazos eram apertados e estão nessa expectativa, sendo certo que a empresa está a trabalhar com muito afinco e os trabalhos estão a decorrer a bom ritmo ainda que, dado o que falta fazer, estejam um bocadinho ansiosos com essa questão; vão continuar a acompanhar, mas não têm nenhuma informação ou indicação por parte da empresa que o prazo possa ser prorrogado. --

**N.º 07 - EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DO ROSSIO, EM CEM SOLDOS**  
**– prorrogação do prazo de execução**-----



Foi presente proposta do Sr. Vice-Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a prorrogação do prazo de execução da empreitada de requalificação do Largo do Rossio, em Cem Soldos, nos termos e fundamentos da informação n.º 7875/2023 do Departamento de Obras Municipais. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou aprovar a prorrogação do prazo de execução da empreitada de requalificação do Largo do Rossio, em Cem Soldos, por 81 dias. -----

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e três votos contra da Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e dos Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Carrão e Luís António Antunes Francisco, com a seguinte declaração de voto: "A requalificação do Largo do Rossio em Cem Soldos é mais uma obra que não foge à regra da governação socialista: uma enorme derrapagem no prazo de execução.-----

A 15 de maio foi decidida em reunião de executivo camarário municipal uma primeira prorrogação de 4 meses. Hoje, é proposta uma segunda prorrogação de cerca de 3 meses, até ao dia 18 dezembro.-----

É bom relembrar que esta obra, iniciada a 5 de dezembro de 2022, tinha um prazo de 180 dias, i.e., 6 meses, que deveria ter acabado no dia 3 de junho passado, ou seja, uma obra com um prazo de 6 meses já leva 7 meses de atrasos e prorrogações! A obra vai demorar, pelo menos, mais do dobro do tempo previsto! -----

Como sempre, os cidadãos, as famílias, os comerciantes, instituições e associações "pagam a fatura" do atraso, vendo a sua vida destabilizada por muito mais tempo do que previsto. Perguntamos: alguém do executivo socialista se preocupa com isso? Se sim, o que é que fizeram perante mais este atraso?-----

Os Vereadores do PSD votam contra."-----

**No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Tiago Carrão** referiu que esta obra não foge à regra e apresenta mais uma grande derrapagem no prazo de execução, que mais do que duplica: na primeira prorrogação, havia erros de projeto; agora, o empreiteiro fala de novos factos; daqui a pouco, podem ter a próxima edição do Bons Sons em risco; e não percebe como não são capazes de fazer melhor.-----

**Em resposta, o Sr. Presidente** referiu que, em Tomar, e em todo o lado, é este o mundo real das empresas e dos projetos; neste caso, a qualidade dos solos colocou alguns constrangimentos à empresa, na fase inicial, obrigando a outra tipologia de máquinas e a outro tipo de trabalhos, mais demorados, em termos de infraestruturas, que é a mais complexa.



Referiu que as realidades são o que são, e são transversais, e só quem não veja notícias, não saia deste mundo ou queira fazer passar essa ideia pode dizer que só acontece em Tomar. ----

**DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS: -----**

**N.º 08 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Centro Recreativo, Cultural e Desportivo D. João-----**

Foi presente proposta do Sr. Vice-Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a distribuição de publicidade alusiva à festa anual em honra de São Simão, em Fonte D. João, nos termos e fundamentos da informação n.º 4435/DAJA/2023. ----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho n.º 1307/DAJA/2023, de 19 de setembro, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----  
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 09 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Federação do Folclore Português-----**

Foi presente proposta do Sr. Vice-Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a distribuição de publicidade alusiva ao Mercado da República, nos termos e fundamentos da informação n.º 4496/DAJA/2023. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho n.º 1337/DAJA/2023, de 25 de setembro, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----  
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 10 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Associação Cultural, Recreativa e Social da Venda Nova-----**

Foi presente proposta do Sr. Vice-Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a distribuição de publicidade alusiva à Festa da Juventude, em Venda Nova, e ao Passeio de Motas e Motorizadas Antigas, nos termos e fundamentos da informação n.º 4576/DAJA/2023.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho n.º 1369/DAJA/2023, de 27 de setembro, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----  
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 11 – MERCADO DA REPÚBLICA 2023 – isenção de taxas-----**

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hélder Henriques submetendo a aprovação do Executivo



Municipal a isenção das taxas aplicáveis à realização do Mercado da República, requerida pela Federação do Folclore Português, nos termos e fundamentos da informação n.º 4497/DAJA/2023.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou isentar as taxas, ao abrigo do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 12 – LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO – isenção de taxas**-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hélder Henriques submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das taxas aplicáveis à emissão de licença especial de ruído para realização da procissão em honra de Nossa Senhora da Luz, na Charneca da Peralva, requerida pela Fábrica da Igreja Paroquial de Paialvo, nos termos e fundamentos da informação n.º 4386/DAJA/2023.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou isentar as taxas, ao abrigo do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL E AMBIENTE:**-----

**N.º 13 – ACORDOS DE COLABORAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO NO ANO LETIVO 2023/2024**-----

Foi presente proposta do Sr. Vice-Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a manutenção, no ano letivo 2023/2024, dos acordos de colaboração para a educação pré-escolar e o primeiro ciclo do ensino básico, no âmbito das atividades de animação e de apoio à família, da componente de apoio à família e do fornecimento de refeições escolares, celebrados com os Agrupamentos de Escolas e as entidades parceiras envolvidas, bem como a atribuição de apoio extraordinário às entidades parceiras responsáveis pelo serviço de refeições, nos termos e fundamentos da informação n.º 1344/2023 da Divisão de Educação, Intervenção Social e Ambiente.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou:-----

1-Aprovar a manutenção dos acordos de colaboração estabelecidos para o ano letivo 2022/2023;-----

2-Atribuir, no ano letivo 2023/2024, apoio extraordinário mensal às entidades responsáveis



pelos serviços de refeições nos jardins de infância e escolas do primeiro ciclo do ensino básico:

- nas escolas onde é o município a assumir o serviço de refeição (Serra e Curvaceiras) e nas escolas cujas refeições são confeccionadas nos refeitórios das EB2/3 e secundárias e pagas pelo Município (Associações de Pais do JI Raul Lopes, EB1 Raul Lopes, EBI Santa Iria, EB1 Santo António e JI/EB1 Templários), no valor de 7,50€ (sete euros, cinquenta cêntimos) por criança com subsídio de Escalão A, e de 4,00€ (quatro euros) por criança com Escalão B; -----
- nas restantes situações, no valor de 10,00€ (dez euros) por criança que almoça.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 14 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO DO MUNICÍPIO NO ANO LETIVO 2023/2024 NO ÂMBITO DE PROJETOS MUNICIPAIS DIRIGIDOS AOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E ENSINO E À UNIVERSIDADE SÉNIOR**-----

Foi presente proposta do Sr. Vice-Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a calendarização prevista para o autocarro do município no ano letivo 2023/2024, no âmbito de projetos municipais dirigidos aos estabelecimentos de educação e ensino do concelho de Tomar e à Universidade Sénior, nos termos da informação n.º 1359/2023 da Divisão de Educação, Intervenção Social e Ambiente.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a utilização do autocarro municipal de acordo com a informação n.º 1359/2023 da Divisão de Educação, Intervenção Social e Ambiente, que homologa.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:**-----

**N.º 15 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – Manuel da Graça Garcia**-----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes submetendo ao Executivo Municipal o deferimento do pedido de certificação de destaque de parcela de terreno com 1.054,00 m<sup>2</sup>, a destacar do prédio rústico sito em Portela, Freguesia de São Pedro de Tomar, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 7783/20210109, requerida por Manuel da Graça Garcia, nos termos e fundamentos das informações n.ºs 14505/2023 e 14946/2023 da Divisão de Gestão do Território.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou autorizar a certificação de destaque nos termos e fundamentos das referidas informações, que homologa.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 16 – LICENCIAMENTO DE OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA – Santa Casa da Misericórdia de Tomar**-----



Foi presente proposta do Sr. Vice-Presidente referente ao processo n.º 405/EDIF/DGT/2023, em que é requerente a Santa Casa da Misericórdia de Tomar, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a atribuição de apoio extraordinário à referida entidade, no montante equivalente às taxas aplicáveis à ocupação de via pública em dois lugares de estacionamento, com a área de 50 m<sup>2</sup>, pelo período de quatro semanas, para apoio à realização de obras no interior do prédio sito na Avenida Cândido Madureira, n.º 102, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou atribuir o referido apoio extraordinário à Santa Casa da Misericórdia de Tomar. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 17 – LICENCIAMENTO DE ALTERAÇÃO DE UM EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO NA AVENIDA ANTÓNIO DA FONSECA SIMÕES, N.º 74 A 78, COM CRIAÇÃO DE UM NOVO FOGO – estacionamento**-----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes referente ao processo n.º 589/EDIF/DGT/2022, em que é requerente Greco Whitehead, relativo ao licenciamento de alteração de um edifício de habitação sito na Avenida António da Fonseca Simões, n.º 74 a 78, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, com criação de um novo fogo, submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta de não criação de um lugar de estacionamento, mediante pagamento de compensação, calculada em 420,14€ (quatrocentos e vinte euros e catorze cêntimos), nos termos e fundamentos das informações n.º 7429/2023 e 12579/2023 da Divisão de Gestão do Território. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou aprovar a não criação de um lugar de estacionamento, mediante pagamento da compensação, nos termos do n.º 5.4 do artigo 23.º do regulamento municipal de urbanização e edificação. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:**-----

**N.º 18 – CENTRO DE RECOLHA OFICIAL – dados estatísticos referentes ao ano de 2023**-----

Foram presentes, para conhecimento, os dados estatísticos do Centro de Recolha Oficial relativos ao mês de agosto, elaborados pelo Gabinete Médico Veterinário. -----

A Câmara tomou conhecimento.-----

**No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Hélder Henriques** deu nota que vão



proceder à colocação de câmaras de vigilância no Canil/Gatil cujos residentes são cada vez mais, para tentar dissuadir determinados comportamentos que têm verificado, concretamente a colocação de caixas com ninhadas de gatos e de cachorros à porta do equipamento, e o abandono de animais, por vezes presos ao BIP da entrada. -----

**N.º 19 – SUSPENSÃO DA INTERDIÇÃO DE QUEIMA DE SOBRANTES** -----

**O Sr. Vereador Tiago Carrão** propôs que o assunto fosse retirado e reagendado para reunião posterior tendo em conta o calor enorme que se faz sentir e a previsão de temperaturas acima dos trinta graus para os próximos dias. -----

**Em resposta o Sr. Presidente** referiu que a proposta é apresentada pelos técnicos que trabalham no terreno e efetuam a análise e projeção destas temáticas, mas sendo verdade que, de uma semana para a outra, as condições se podem alterar, irá reavaliar com o Sr. Comandante. -----

**Em face da discussão, o Sr. Presidente retirou o assunto da ordem do dia, para reavaliação e eventual reagendamento na próxima reunião.** -----

**DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:**-----

**N.º 20 – PREÇO DE BILHETES DE INGRESSO EM ESPETÁCULOS** -----

Foi presente proposta do Sr. Vice-Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal o preço do bilhete de ingresso nos espetáculos que integram a regular programação do Cineteatro Paraíso, no período de outubro a dezembro, nos termos e fundamentos da informação n.º 1018/2023 da Divisão de Turismo e Cultura. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou aprovar os preços dos bilhetes de ingresso nos seguintes espetáculos: --

- 7 de outubro – Concerto para bebés: -----

-- Criança + 1 acompanhante – 7,00€ (sete euros); -----

-- Criança + 2 adultos - 8,00€ (oito euros); -----

- 30 de novembro – Radiografia – 8,00€ (oito euros); -----

- 16 de dezembro - Orquestra Sinfónica de Tomar - 5,00€ (cinco euros).-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**EXPEDIENTE:** -----

**N.º 21 – LIXEIRA ENCERRADA NA ÁREA DO MUNICÍPIO DE TOMAR – RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO 2023**-----

Foi presente, para conhecimento, o relatório da monitorização realizada no corrente ano às lixeiras encerradas na área da RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos EIM, SA.-----



A Câmara tomou conhecimento.-----  
**Terminados os trabalhos, sendo doze horas e oito minutos, o Sr. Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----**  
**Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.---**

